



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Prestar atenção aos trabalhos de execução da lei pelos Serviços de Alfândega na nova era**

Recentemente, a Polícia Judiciária (PJ), o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e os Serviços de Alfândega (SA) descobriram dois casos de auxílio à entrada ilegal de imigrantes ilegais, através de propulsores submersos, e um caso suspeito de envolvimento de jogadores em barcos de pesca para auxílio à imigração ilegal. Independentemente do objectivo da imigração ilegal, existem apenas dois motivos para o uso de meios ilegais na entrada em Macau: ou se estava interditado de entrar em Macau por se ter infringido a lei, ou havia a intenção de praticar crimes em Macau, pretendendo fugir à investigação através de imigração ilegal; aliás, nas diversas operações de segurança levadas a cabo pela Polícia em suspeitos de alguns crimes, verificou-se, de vez em quando, a presença de imigrantes ilegais que se encontravam ainda no período de interdição de entrada.

De facto, após o relaxamento das medidas de prevenção da epidemia em Macau, os sectores do turismo e do jogo voltaram a impulsionar a recuperação económica, no entanto, os grandes interesses económicos envolvidos também impulsionam uma nova tendência de criminalidade, tais como os crimes relacionados com o jogo e os crimes económicos, em particular, o novo modelo de imigração ilegal, referido acima, tem sido mais dissimulado. No futuro, é necessário reforçar a prevenção da imigração ilegal a partir da fonte, a fim de manter a estabilidade da situação de segurança pública, com influências directas e indirectas.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Desde 2015, ano em que Macau passou a administrar oficialmente 85 km<sup>2</sup> de áreas marítimas, os SA não só têm aumentado os trabalhos de prevenção e combate à imigração ilegal, como também o volume de outros trabalhos de gestão. Nesse contexto, incluindo a primeira fase do sistema de monitorização inteligente das áreas marítimas, que entrou em funcionamento em Junho de 2020, as autoridades desempenharam um papel importante na deteção de imigrantes ilegais; no ano passado, foi criada a Divisão de Instalações e Equipamentos Tecnológicos, com vista a impulsionar a construção de serviços alfandegários inteligentes. No entanto, segundo os dados da Comissão de Acompanhamento para os Assuntos de Finanças Públicas, embora no ano passado tenha sido iniciada a 2.<sup>a</sup> fase das obras de construção do sistema de controlo inteligente das áreas marítimas, a taxa de execução orçamental no primeiro trimestre deste ano continua a ser zero, portanto, há que prestar atenção à sua entrada em funcionamento, dentro do prazo previsto, ou seja, no final deste ano.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. Para fazer face aos recentes casos de imigração ilegal através de “propulsores submersos”, ou às novas tecnologias e novos métodos de imigração ilegal que possam surgir de forma mais oculta, como é que as autoridades vão planear o seu combate?
2. Segundo as autoridades, a construção da segunda fase do sistema de monitorização inteligente das áreas marítimas vai reforçar a capacidade de monitorização dos pontos fracos e de alto risco das actividades de imigração ilegal, resultantes das mudanças topográficas nas zonas costeiras, alargando ainda mais o âmbito de fiscalização. Será que, no futuro, essa construção terá



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

capacidade para combater os actos de imigração ilegal debaixo do mar?

3. No ano passado, o Governo elaborou o projecto de construção da segunda fase do sistema de monitorização inteligente das áreas marítimas. Qual é o ponto de situação dessa construção? Será que vai estar concluída ainda neste ano?

7 de Julho de 2023

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,  
Wong Kit Cheng**